

Crise, migrações e desumanização

Rosa Cabecinhas

Professora Associada com Agregação do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0002-1491-3420

As pessoas habituaram-se durante anos a não nos ver, a não olhar sequer para nós. Somos uma classe invisível que agora as pessoas perceberam que se tornou essencial. (...) Limpamos os hospitais, os lares, expomo-nos ao perigo para ganhar meia dúzia de tostões. Então, caramba, já basta de sermos tratadas como ralé. (...) Num período destes temos de fazer a nossa parte para que o mundo seja mais justo, ou mais livre. Se as limpezas acabassem, os hospitais não podiam funcionar, os velhotes ficavam ao abandono. Nunca saberia viver com isso. (...) Penso muito no meu pai, por estes dias. De como seria estranho para ele, que combateu pela liberdade, ver como uma doença obrigou o mundo a cessar a democracia.

Catarina Salgueiro Maia, Luxemburgo, 29.03.2020

As palavras de Catarina Salgueiro Maia, entrevistada por Ricardo J. Rodrigues para o jornal *Contacto*, ilustram de modo exemplar a “luta pela decência” que é sentida diariamente na pele por muitas pessoas migrantes: desempenham nos países de “acolhimento” as tarefas mais árduas e as menos bem pagas, desempenham funções absolutamente essenciais (na agricultura, nas limpezas, nas obras, nas minas, etc.) e à primeira oportunidade são descartadas e “tratadas como ralé”. Emigrante no Luxemburgo, a trabalhar nas limpezas num lar de terceira idade, a filha do capitão Fernando Salgueiro Maia, evoca a memória do seu pai – que desempenhou um papel essencial na revolução de 25 de abril de 1974 – como exemplo de coragem e determinação na luta pela liberdade e dignidade. Como refere Catarina Salgueiro Maia, o atual contexto de pandemia parece ter colocado entre parênteses a democracia e tornou visível a urgência de continuar a lutar no dia a dia pela justiça e pela liberdade.

No atual contexto, em que o mundo enfrenta uma crise profunda provocada pela pandemia de Covid-19, é crucial refletir e agir para que esta crise sanitária e económica não se traduza em uma ainda maior acentuação das desigualdades sociais e dos processos de desumanização de pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, como é o caso dos grupos socialmente desfavorecidos, com destaque para os migrantes e grupos racializados. De facto, a pandemia não afeta todas as pessoas da mesma forma, nem no que se refere ao grau de exposição ao risco nem no que concerne às possibilidades de trabalhar e de viver os períodos de confinamento ou de contenção em condições de dignidade.

Em situações de crise profunda, como aquela que estamos a viver, os grupos sociais “subalternos” (Spivak, 1988) – migrantes, grupos racializados, entre outros –, são frequentemente tidos como “bodes expiatórios”, o que se traduz na exacerbação das fronteiras simbólicas entre grupos e em processos de estigmatização e desumanização (Volpato & Andrighetto, 2015).

A desumanização consiste no ato de negar a humanidade a outros seres humanos. Ao longo da história, a desumanização tem sido um ingrediente essencial na perpetuação de violências e atrocidades entre grupos. A desumanização pode ser expressa de diversas formas, nomeadamente a demonização, a objetivação, a animalização e a biologização (Volpato & Andrighetto, 2015). Assim, certos grupos de pessoas são referidos e tratados como se fossem demónios (“bruxas”, “monstros”, etc.), objetos

(máquinas de trabalho, máquinas sexuais, robots, etc.), animais (macacos, ratos, vermes, etc.), vírus ou doenças (“vírus chinês”, “cancro gay”, “gripe espanhola”, etc.).

O processo de desumanização é inerente a diferentes formas de discriminação, incluindo racismo, xenofobia, ciganofobia, anti-semitismo, islamofobia, etc. Nas sociedades ocidentais, durante muito tempo “ser humano” significava ser homem, branco, adulto, de classe média ou alta, cristão e heterossexual, excluindo da definição de “pessoa” todas as que por uma razão ou outra não se encaixavam nestas categorias dominantes. Embora nas últimas décadas tenham sido desenvolvidos esforços significativos para alargar a noção de “pessoa” e para reconhecer e respeitar a diversidade humana, muito há ainda a fazer para que o reconhecimento da diversidade se traduza numa efetiva igualdade. Ora, a crise pandémica que estamos a viver conduziu a uma ainda maior extremização das desigualdades sociais e não faltam vozes a defender medidas securitárias que se traduzem em maior privação da liberdade para os grupos sociais que são transformados em “bodes expiatórios”. Por exemplo, em Portugal, um conhecido líder parlamentar de extrema direita chegou ao ponto de propor o confinamento étnico como possível solução para a crise pandémica.

Assim, o processo de desumanização traduz-se na exclusão moral de determinados grupos humanos, que são percebidos como estando fora dos limites definidos pelos valores éticos e morais em vigor numa determinada sociedade e das fronteiras dentro das quais se aplicam as noções de justiça, igualdade e liberdade (Opatow, 1990). Trata-se de um processo de demarcação simbólica extremo, no qual se cruzam diversos eixos de opressão (Crenshaw, 1991), conduzindo à exacerbação das fronteiras (territoriais e mentais) entre os grupos humanos.

Recentemente, a Organização Internacional das Migrações (OIM) pediu financiamento e apoio para ajudar a resolver um fenómeno novo: “os migrantes bloqueados”. António Vitorino, diretor-geral da OIM em entrevista à Lusa (2020, 30 de setembro), estima que “entre dois e três milhões de migrantes estão ‘bloqueados’ em todo o mundo devido à pandemia da COVID-19 e ao encerramento de fronteiras”. Os migrantes bloqueados são pessoas que “pretendiam regressar aos seus países de origem por causa da pandemia, e que, de repente, por causa do fecho das fronteiras, por causa da interdição de viagens e por causa das medidas de confinamento ficaram bloqueadas”. Muitos destes migrantes apesar de a “sua vontade ser regressar aos seus países de origem para poderem enfrentar os desafios da pandemia nos seus locais de origem, junto das suas famílias, com as redes de proteção social inerentes às comunidades de origem”, não podem deslocar-se ou ficaram retidos perto das fronteiras. António Vitorino salienta que a OIM pretende “apoiar esses imigrantes que estão bloqueados [para que] regressem aos seus países de origem”, mas esse regresso deverá ser feito em condições de segurança para os próprios e para os países de trânsito e de origem/retorno.

Na referida entrevista, o diretor-geral da OIM sublinha que esta situação cria ainda outro problema: “esses países de origem têm, muitas vezes, sistemas de saúde muito frágeis e que têm uma grande dificuldade em responder a estes afluxos repentinos”, por exemplo, “só para o Nepal regressaram cerca 500 mil migrantes”, o que “representa um afluxo e uma pressão enorme sobre os serviços de saúde dos países de origem”.

Ora, se nesta entrevista salienta a situação dos “migrantes bloqueados” que “querem regressar”, António Vitorino não aborda, no entanto, outra questão fundamental: para muitos migrantes o “querer” regressar não é uma opção, mas uma imposição, em sequência da perda do trabalho, que muitas vezes implica também a perda imediata da habitação, como acontece, por exemplo, com os milhares de imigrantes (nepaleses, indianos, entre outros) que trabalham em explorações agrícolas no Alentejo e que vivem em “autênticas aldeias de contentores” em condições que configuram uma “escravatura moderna” (Debate “Há muita gente que entra numa camioneta às 4h da manhã, volta às 5 da tarde, e recebe o salário mínimo”, Inês Fonseca, 2020).

Um relatório recente sobre a vida dos imigrantes no conjunto dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) indica que estes têm vínculos laborais mais precários, ocupam funções menos qualificadas e enfrentam maiores taxas de desemprego do que os nativos (OCDE/UE, 2018). Quando empregados, os imigrantes têm maior probabilidade de desempenhar funções que não fazem jus às suas qualificações e quando ficam desempregados têm menor probabilidade de receber subsídio de desemprego do que os nativos. O relatório indica ainda que na União Europeia a pobreza dos imigrantes tem vindo a aumentar, assim como a sua segregação habitacional. Diversos outros relatórios têm colocado em evidência que estas desigualdades têm vindo a acentuar-se nos últimos anos e a pandemia de COVID-19 veio agravar ainda mais a precariedade das populações migrantes. De facto, no atual contexto de crise sanitária e económica, os imigrantes enfrentam barreiras acrescidas no acesso ao emprego, à habitação, à saúde e à fruição de uma vida condigna.

Na atualidade, a política europeia para as migrações e asilo está a centrar-se cada vez mais no repatriamento forçado e menos na solidariedade. O investimento financeiro tem-se traduzido sobretudo no patrulhamento das fronteiras e em ações securitárias, com tecnologia cada vez mais sofisticada para decidir quem é um migrante “desejável” e quem não é, sendo que o nível de instrução e a cor da pele continuam a ser critérios determinantes.

A situação dos imigrantes em condição irregular e os requerentes de asilo é particularmente dramática, configurando uma verdadeira crise humanitária. Acantonados em campos de refugiados superlotados, em Centros de Instalação Temporária ou outras instalações provisórias onde ficam a aguardar decisões sobre o seu destino, os migrantes tornam-se particularmente vulneráveis em contexto de pandemia. Os períodos de espera são longos, indo frequentemente muito além dos prazos legais, e são vividos como autênticos períodos de encarceramento, como se os migrantes estivessem a cumprir uma pena de prisão. As tentativas de fugas destes espaços de detenção são frequentemente reportadas pelos média de um modo que fomenta o pânico moral, contribuindo para uma ainda maior desumanização dos migrantes, como aconteceu recentemente com a fuga de migrantes marroquinos do quartel de Tavira, onde estavam instalados. Como referimos acima, este processo de desumanização afeta particularmente os migrantes, mas também os grupos racializados que são frequentemente percebidos como “estrangeiros” apesar de serem nacionais. As palavras de um deputado da extrema direita propondo medidas de confinamento étnico constituem uma ilustração clara destes processos de exclusão.

A criminalização dos migrantes e de outros grupos percebidos como “estrangeiros” tem tido um eco crescente nos média. Em vez de desconstruir as fronteiras simbólicas entre “nós” e os “outros”, as narrativas mediáticas sobre migração frequentemente contribuem para reforçar ainda mais tais fronteiras (Mattelart, 2019). Como foi referido acima, tais fronteiras baseiam-se no uso de linguagem específica que muitas vezes silencia e desumaniza os migrantes, retratando-os em termos estereotipados, como uma massa homogénea, ou de forma binária, ora como vítimas ora como ameaça. No entanto, os média também podem desempenhar um papel central no questionamento de representações hegemónicas, oferecendo visões de mundo mais inclusivas.

A participação de profissionais oriundos de grupos sociais desfavorecidos, incluindo migrantes e grupos racializados, poderá contribuir para dar visibilidade social a grupos subalternizados, cuja voz raramente é escutada na esfera pública. As pessoas que exercem atividades pouco qualificadas e de menor prestígio social constituem um desses grupos, cujo contributo para a sociedade é tornado invisível.

A crise sanitária está também a contribuir para expor as vulnerabilidades de algumas profissões que estão na “linha da frente” no combate à pandemia, mas cujo contributo tem sido invisibilizado, como acontece, por exemplo, com as trabalhadoras de limpezas nos hospitais, às quais muitas vezes não são garantidas as condições e o equipamento básico de proteção. De facto, as pessoas que exercem funções de cuidado dos outros têm sido particularmente expostas a um risco acrescido, mas tal nem sempre é reconhecido.

Os chamados média “étnicos” ou “diaspóricos” podem ter um contributo fundamental ao abordar de um ângulo diferente as vivências dos migrantes e outros grupos socialmente subalternizados. Por exemplo, o jornal *Contacto* deu-nos a conhecer como Catarina Salgueiro Maia, que emigrou para o Luxemburgo em 2011 devido à então crise económica que empurrou muitos jovens portugueses a procurar oportunidades fora do país, se tornou líder de uma luta coletiva pela dignidade: a falta de máscaras, luvas e outros equipamentos de proteção pessoal para todas as pessoas que estão na linha da frente na luta contra a pandemia, como é o caso das trabalhadoras de limpezas, levou-a a “protestar com os patrões, não só pela minha dignidade da: “não só pela minha [sua] dignidade, como pela dignidade de todas as minhas [suas] companheiras (...). Estamos num tempo de emergência e temos uma missão para cumprir. Nós estamos dispostas a fazê-lo. Mas não podemos ser carne para canhão”.

Referências

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity, politics and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-99. <https://doi.org/10.2307/1229039>

Debate: “Há muita gente que entra numa camioneta às 4h da manhã, volta às 5 da tarde, e recebe o salário mínimo”, Inês Fonseca. (2020, 20 de agosto). *Fumaça*. <https://fumaca.pt/debate-gente-entra-camioneta-4h-manha-volta-5h-da-tarde-recebe-salario-minimo-ines-fonseca/>

Lusa (2020, 30 de setembro). Covid-19 bloqueou 2 a 3 milhões de pessoas nas fronteiras. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/mundo/covid-19-bloqueou-2-a-3-milhoes-de-pessoas-nas-fronteiras-diz-antonio-vitorino--12798931.html>

Mattelart, T. (2019). Media, communication technologies and forced migration: Promises and pitfalls of an emerging research field. *European Journal of Communication*, 34(6), 582–593. <https://doi.org/10.1177/0267323119886146>

OCDE/UE. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/União Europeia). (2018). *Settling in 2018. Indicators of immigrant integration*. Paris/UE/Bruxelas: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264307216-en>

Opatow, S. (1990). Moral exclusion and injustice: An introduction. *Journal of Social Issues*, 46(1), 1-20. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1990.tb00268.x>

Rodrigues, R. J. (2020, 29 de março). Como a pandemia fez a filha de Salgueiro Maia levantar-se pelas mulheres de limpeza do Luxemburgo. *Contacto*. <https://www.wort.lu/pt/luxemburgo/como-a-pandemia-fez-a-filha-de-salgueiro-maia-levantar-se-pelas-mulheres-de-limpeza-do-luxemburgo-5e7f7553da2c-c1784e35a230>

Spivak, G. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). Chicago: Chicago Press.

Volpato, C. & Andrighetto, L. (2015). Dehumanization. In J. D. Wright (Ed.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (pp. 31-37). Amesterdão: Elsevier Ltd.